AMOSTRA

PM SC

Soldado do Quadro de Praças Policial Militar (QPPM)



memoriza.aí

FALA, FUTURO APROVADO NO CONCURSO DA PM SC!

Seja muito bem - vindo!

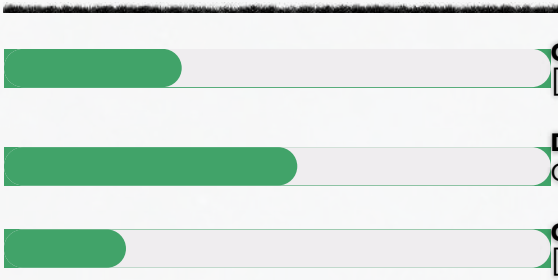
VOCÊ ACABA DE BAIXAR A AMOSTRA DO MEMORIZA.AÍ PARA ESTE CONCURSO.

O **Memoriza.aí** é um material que contém **dicas estratégicas** dos assuntos que certamente vão cair na sua prova!

Nossa equipe pedagógica realizou uma **análise** de **mais de 50000 questões** de **concursos anteriores** e identificou os **assuntos chave** que sempre se repetem nas últimas provas.

Por meio dessa **análise** das questões da **banca** e do **concurso** desenvolvemos um **material específico** com **dicas ilustradas** e **gatilhos emocionais** para melhorar sua memorização, de modo que você poderá focar exatamente nos assuntos que serão cobrados na sua prova.

Veja no gráfico abaixo uma breve demonstração dos **temas mais frequentes** das **provas** identificados pela nossa equipe pedagógica:



GRAMÁTICA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO - 32,50% [LÍNGUA PORTUGUESA]

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS 53,63% [DIREITO CONSTITUCIONAL]

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- 37,8% [LEGISLAÇÃO ESPECIAL]

É como se a gente fizesse todo **trabalho duro** por você e te entregasse o que você precisa. Com isso, **você ganha muitooo tempo!**

Veja só o depoimento de um de nossos alunos que foi **APROVADO** recentemente no concurso:

Ana Luiza 

Oiii! Boa tarde!

Pensei mto antes de vir aqui, mas sei que feedbacks são importantes, e eu não podia deixar de agradecer pelo material. Ano passado comprei o material da EBSERH de vocês, e fui aprovada em segundo lugar, no HUNIFAP.

Foi o único material que estudei, e por ser de fácil linguagem e bem gráfico (eu sou muuuuito visual), deu mto bom pra mim!

Parabéns pelo trabalho!!

Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte:

contato@memorizaai.com.br

ou

clique aqui para acionar nosso time via **whatsapp**.

QUER SER O PRÓXIMO APROVADO?

clique aqui e saiba como

E NÃO PARA POR AÍ...

Você ainda terá acesso a bônus exclusivos - quer ver?

Além do material base para o seu estudo, você terá acesso a **3 bônus exclusivos** que vão **potencializar** o seu **progresso** nos **estudos**. Veja abaixo os bônus:



BÔNUS 1: DO ZERO À APROVAÇÃO

COMEÇAR A ESTUDAR PARA CONCURSOS PODE GERAR MUITAS DÚVIDAS, E UM BOM PLANEJAMENTO FAZ TODA A DIFERENÇA. NESTE MATERIAL, VOCÊ APRENDERÁ COMO ESCOLHER O CONCURSO IDEAL, ESTRUTURAR SUA ROTINA DE ESTUDOS, MONTAR UM CRONOGRAMA EFICIENTE E UTILIZAR AS PRINCIPAIS FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM. O OBJETIVO É MOSTRAR O CAMINHO COMPLETO PARA CONSTRUIR UMA PREPARAÇÃO ORGANIZADA, CONSISTENTE E MUITO MAIS PRODUTIVA.



BÔNUS 2: CADERNO DE ERROS DA RETA FINAL

NA RETA FINAL, ACERTAR MAIS DEPENDE, PRINCIPALMENTE, DE DEIXAR DE REPETIR OS MESMOS ERROS. NESTE MATERIAL, VOCÊ APRENDERÁ A MONTAR UM CADERNO DE ERROS REALMENTE EFICIENTE, REGISTRANDO SUAS DIFICULDADES, IDENTIFICANDO PADRÕES E REVISANDO EXATAMENTE OS PONTOS QUE MAIS PRECISAM DE ATENÇÃO. ASSIM, CADA ERRO DEIXA DE SER UM OBSTÁCULO E PASSA A ACELERAR SUA EVOLUÇÃO ATÉ O DIA DA PROVA.



BÔNUS: MANUAL DA RESOLUÇÃO DE QUESTÕES

RESOLVER CENTENAS DE QUESTÕES NÃO GARANTE EVOLUÇÃO QUANDO ISSO É FEITO SEM MÉTODO. NESTE MANUAL, VOCÊ APRENDERÁ UMA FORMA ESTRATÉGICA DE ANALISAR ENUNCIADOS, ELIMINAR ALTERNATIVAS, IDENTIFICAR PEGADINHAS E REVISAR SEUS ERROS DE MANEIRA INTELIGENTE. COM ESSE PROCESSO, CADA QUESTÃO RESOLVIDA PASSA A GERAR APRENDIZADO REAL E AUMENTA SUA EFICIÊNCIA DURANTE TODA A PREPARAÇÃO.

ESSES BÔNUS SÃO POR TEMPO LIMITADO!

clique aqui para saber mais!

clique aqui para conhecer o material completo

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Abordamos **todas as disciplinas exigidas** do edital

NO MATERIAL COMPLETO VOCÊ TERÁ ACESSO AS DISCIPLINAS DE:

- Direito Constitucional
- Direito Penal Comum
- Direito Processual Penal Comum
- Direito Penal Militar
- Legislação Especial
- Legislação de Trânsito
- Legislação Institucional
- Língua Portuguesa
- Informática

VEJA ABAIXO A AMOSTRA COM O FORMATO DO MATERIAL QUE VOCÊ PODE TER ACESSO PARA AUMENTAR SUA PONTUAÇÃO NESSA RETA FINAL!

clique aqui para conhecer o material completo

SOLDADO

memoriza.ai

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA

O direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada são formas de garantir que as leis não mudem para prejudicar coisas já estabelecidas.

GARANTEM a *irretroatividade das leis.*

LEMBRE-SE!

Essa irretroatividade, entretanto, não é absoluta. O Estado pode editar leis retroativas, **desde que beneficiem os indivíduos**, impondo-lhes situação mais favorável do que a que existia sob a vigência da lei anterior.

definição dos **conceitos**

O **direito adquirido:** aquele que está incorporado ao patrimônio do particular, uma vez que foram cumpridos todos os requisitos aquisitivos exigidos pela legislação vigente.

exemplo:

se você cumprir todos os requisitos para se aposentar sob a vigência de uma lei X. Após cumpridas as condições de aposentadoria, mesmo que seja criada lei Y com requisitos mais gravosos, você terá direito adquirido a se aposentar.





O **ato jurídico perfeito:** aquele que reúne todos os elementos fundamentais exigidos pela lei.

exemplo:

Utilize-se como exemplo um contrato celebrado hoje, sob a influência de uma lei X.





A **coisa julgada:** aquela decisão judicial da qual não há mais recurso.

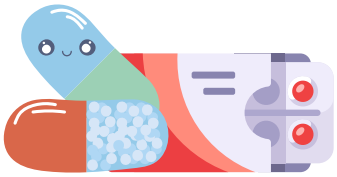
clique aqui para conhecer o material completo

DICA

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS – PARTE VI

LXXII - conceder-se-á "habeas-data":
a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

Previsão constitucional: Art. 5°, LXXII, CF.



HABEAS DATA

"Remédio constitucional" cujo objetivo é **assegurar o direito à informação e à intimidade.**

Ação **gratuita**. No entanto, **é imprescindível** a assistência advocatícia para que essa ação seja impetrada.



O habeas data pode ser usado para **obter dados** em bancos de dados públicos, como a Receita Federal, ou privados, mas de caráter público, como os de serviços de proteção ao crédito - popularmente conhecidos como SPC - ou os cadastros de consumidores.

Permite que o cidadão em questão, identificado legalmente como impetrante, **tenha acesso às informações contidas nos bancos de dados governamentais** em seu nome, bem como **solicitar que essas informações sejam corrigidas ou retificadas.**

Não se esqueça!

Qualquer indivíduo, seja pessoa física ou jurídica, de nacionalidade brasileira ou estrangeira, **tem o direito de entrar com um habeas data**. Este é um tipo de ação estritamente pessoal, que **não pode ser utilizada para obter acesso a informações pertencentes a terceiros.**

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DA NACIONALIDADE
PARTE IV

ALÍNEA "B"

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

Previsão constitucional: Art. 12°, I, CF.

Vamos entender isso?

Na alínea "b" da Constituição, é estipulado que **indivíduos nascidos fora do Brasil podem ser considerados brasileiros natos** se tiverem um pai ou mãe brasileiros, desde que pelo menos um deles esteja trabalhando para a República Federativa do Brasil.

É importante destacar que o legislador constituinte optou por usar o princípio do **"jus sanguinis"** aqui, a **obtenção da nacionalidade** segundo essa regra demanda o **cumprimento simultâneo de dois critérios:**



Ser **descendente** de um **pai brasileiro** ou uma **mãe brasileira**, ou de ambos.



Pelo menos **um dos pais**, ou ambos, **devem estar prestando serviços para o Brasil** no exterior.

curiosidade!

"jus sanguinis"



jus sanguinis deriva do latim e significa "direito de sangue". Garante ao indivíduo o direito à cidadania de um país por meio de sua ascendência.

"jus solis"



jus solis: deriva do latim e significa "direito de solo". Garante ao indivíduo o direito à nacionalidade do lugar onde nasceu.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DIREITOS POLÍTICOS – PARTE VII

CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA

A **capacidade eleitoral passiva** refere-se ao **direito de ser votado e ser elegível para cargos públicos**. Para que um indivíduo possa **adquirir a capacidade eleitoral passiva**, é **necessário que ele atenda aos requisitos estipulados pela Constituição** para a elegibilidade, além de **não se enquadrar em nenhuma das circunstâncias de inelegibilidade**, que são situações que impedem o exercício da capacidade eleitoral passiva.

Vamos ver quais são os requisitos de elegibilidade?

SÃO **CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE**

Esses incisos costumam ser cobrados em sua literalidade. Memorize-o!

§ 3° - São condições de elegibilidade, na forma da lei:
I - a nacionalidade brasileira;
II - o pleno exercício dos direitos políticos;
III - o alistamento eleitoral;
IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;
V - a filiação partidária;
VI - a idade mínima de:

35
TRINTA E CINCO ANOS
para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

30
TRINTA ANOS
para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

21
VINTE E UM ANOS
Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice Prefeito e juiz de paz;

18
DEZOITO ANOS
para Vereador.

Previsão constitucional: Art.14, §3°, CF.

LEMBRE-SE!

A elegibilidade **somente será possível pelo cumprimento cumulativo de todos os requisitos** acima relacionados.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

APLICAÇÃO DA LEI PENAL I

LEI PENAL NO TEMPO



ENTENDA A APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO



A lei penal brasileira estipula que **nenhum crime será punível se não estiver previsto anteriormente em lei.**

- Contudo, ao contrário da **lei processual penal, que se aplica imediatamente quando alterada, a nova legislação penal que favoreça o agente pode ser aplicada retroativamente, inclusive em casos já julgados e com sentença condenatória transitada em julgado.**

Observação importante sobre a Constituição - Artigo 5º, XL da CF: a lei penal **não retroagirá, exceto** para favorecer o réu.



TEMPO DO CRIME

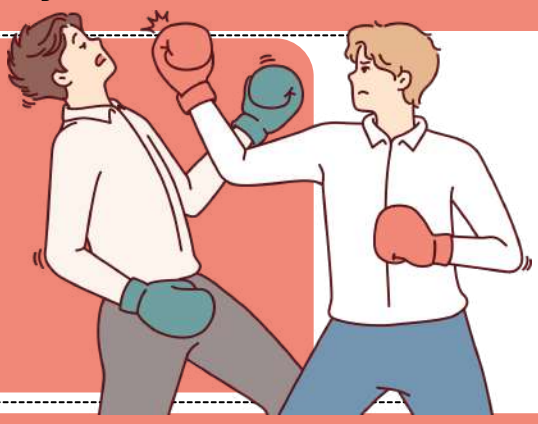
APLICAÇÃO DA LEI PENAL

- De acordo com o artigo 4º do CP, a **lei penal aplicável é a que estava em vigor no momento da ação ou omissão**.
- No Direito Penal, **utiliza-se a teoria da atividade**, considerando o **crime como praticado no instante em que o agente executa a conduta, o que ocorre após o início da ação.**

L U T A

MNEMÔNICO

LUGAR = **U**BIQUIDADE
TEMPO = **A**TIVIDADE



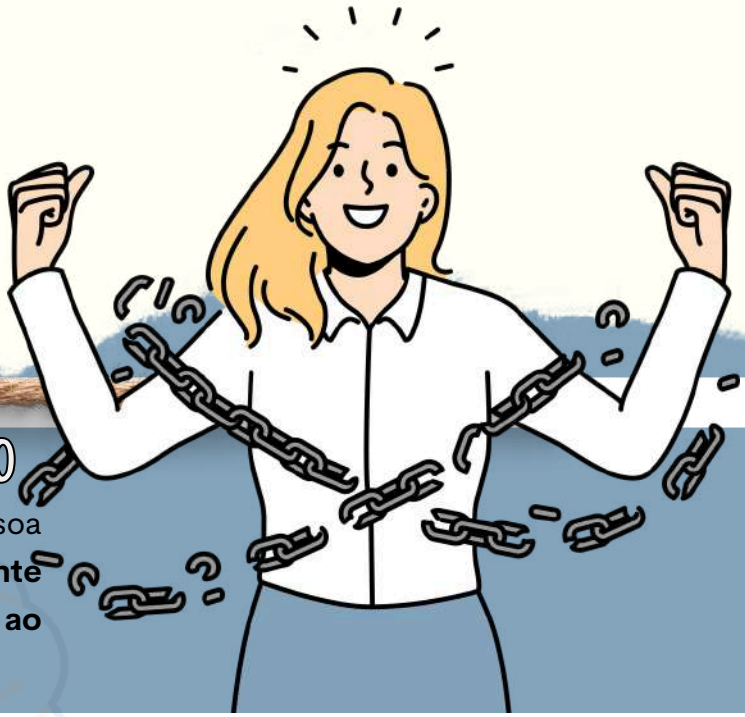
clique aqui para conhecer o material completo

DICA

CAUSAS EXTINTIVAS DE PUNIBILIDADE VIII

CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

RETRATAÇÃO DO AGENTE



RETRATAÇÃO: RECUAR NO QUE FOI DITO

A retratação é um ato no qual uma pessoa **reconhece e denuncia um erro previamente cometido às autoridades, renunciando ao que foi dito anteriormente**.

É importante destacar que, de acordo com a doutrina, **a retratação deve ser deve ser irrestrita e incondicional.**

HIPÓTESES DE RETRATAÇÃO

CASOS EM QUE A LEI A ADMITE



- O Código Penal brasileiro permite a retratação nos crimes de **calúnia e difamação antes da sentença, isentando o réu da pena.**
- A **retratação deve ser feita antes da sentença e não é aplicável ao crime de injúria.**
- Quando a calúnia ou difamação foram feitas por meio de comunicação, **a retratação deve ser feita pelos mesmos meios da ofensa, se o ofendido desejar.**
- No entanto, **a aceitação do ofendido é necessária.**

ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

De acordo com o julgamento unânime da Corte Especial no processo APn 912/RJ, relatado pela Ministra Laurita Vaz, **a retratação da calúnia feita antes da sentença resulta na extinção da punibilidade do agente**, independentemente da aceitação do ofendido. Data do julgamento: 03/03/2021.

O crime de falsa perícia ou falso testemunho também **permite a retratação antes da sentença no processo em que ocorreu o delito**, conforme estabelecido pelo artigo 342, §2°.

- Se o agente se retratar ou confessar a verdade, o ato não será punido.



clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

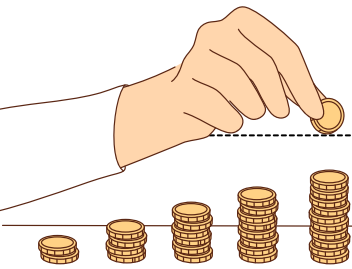
CRIMES CONTRA FÉ PÚBLICA I

CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA



MOEDA FALSA

O CRIME NÃO PREVÊ FORMA CULPOSA E NÃO REQUER DOLO ESPECÍFICO.



O delito de Moeda Falsa é um **crime comum, onde qualquer pessoa pode ser o sujeito ativo e o Estado é o sujeito passivo**, com a pessoa física ou jurídica prejudicada pela conduta sendo a vítima indireta.

O **STJ** AFIRMA QUE **O CRIME DE MOEDA FALSA É PLURIDIMENSIONAL**, POIS PROTEGE A FÉ PÚBLICA, MAS TAMBÉM ASSEGURA O PATRIMÔNIO DOS PARTICULARES.

OBJETO MATERIAL

- O objeto material deste delito é a **moeda metálica ou papel-moeda**.
- A conduta pode ser praticada de duas formas: **produzindo a moeda ou alterando a moeda verdadeira.**
- A moeda precisa estar em **circulação e a alteração do valor deve ser realizada com a intenção de aumentar o valor da nota ou moeda**.
- Se a moeda é alterada para reduzir o valor, **o ato não é considerado um fato típico**, sendo equiparado a descartar ou rasgar a nota.
- Se várias notas ou moedas são falsificadas no mesmo contexto fático, **caracteriza um crime único.**





A **falsificação grosseira**, quando não há possibilidade de enganar alguém, **não configura uma ofensa à fé pública**, sendo considerado um crime impossível. No entanto, **pode caracterizar o delito de estelionato** se a falsificação grosseira **for capaz de enganar alguém.**

SOBRE A AÇÃO PENAL, A MESMA É CONSIDERADA PÚBLICA E INCONDICIONADA, SENDO A **JUSTIÇA FEDERAL RESPONSÁVEL POR JULGAR O DELITO.**

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEI Nº 9.605/1998 – LEI DE CRIMES AMBIENTAIS

INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS



Além dos crimes, a Lei n° 9.605/1998 também define as **infrações administrativas** que resultam em **penalidades** para **pessoas físicas** ou **jurídicas** que **descumprirem normas ambientais**.

Essas infrações são punidas com **multa**, **embargo de atividade**, **suspensão de licença** e **outras sanções**, e podem ser aplicadas por órgãos ambientais como o IBAMA, ICMBio, entre outros.

As **infrações administrativas** podem ser classificadas em:



LEVES: MULTA, ADVERTÊNCIA.

MÉDIAS: MULTA, SUSPENSÃO DE ATIVIDADES, EMBARGO.





GRAVES: MULTA PESADA, PERDA DA LICENÇA AMBIENTAL, INTERDIÇÃO DA ATIVIDADE.

APLICAÇÃO DAS PENAS E SANÇÕES

As penas estabelecidas pela Lei nº 9.605/1998 são aplicadas conforme a **gravidade do crime ou infração**. Os juízes, além de aplicar as penas previstas, também podem determinar medidas compensatórias e reparatórias, como a recuperação do ambiente danificado. As sanções podem variar de penas privativas de liberdade a multa e compensações ambientais.

Além disso, a **culpa** (ou **dolo**) do agente será **considerada** para a **definição da pena**:



Dolo: Quando a pessoa tem intenção de cometer o crime.



Culpa: Quando o crime é cometido por negligência ou imprudência.

As empresas também podem ser **responsabilizadas** pelos crimes ambientais cometidos em suas atividades. Nesse caso, além das penas de multa, podem ser aplicadas sanções como:

- **Interdição temporária** ou **permanente** das atividades da empresa.
- **Suspensão** das atividades por um **período determinado**.
- **Proibição** de **contratar com o poder público**.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DAS PROVAS II



PRINCÍPIOS RELACIONADOS ÀS PROVAS

PRINCÍPIOS APLICÁVEIS ÀS PROVAS NO DECORRER DO PROCESSO PENAL

Dentro do processo penal, existem princípios que devem ser seguidos. São eles:



Princípio da Proporcionalidade
AS **PROVAS DEVEM SER PROPORCIONAIS À GRAVIDADE DO CRIME** E ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO.

Princípio da Comunhão da Prova
A PROVA PRODUZIDA EM UMA AÇÃO PENAL **DEVE SER COMPARTILHADA ENTRE AS PARTES**, GARANTINDO O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO



Princípio da Autorresponsabilidade das Partes
AS PARTES SÃO **RESPONSÁVEIS PELA PRODUÇÃO DE SUAS PRÓPRIAS PROVAS,** ARCANDO COM OS ÔNUS E RISCOS DECORRENTES DE SUA ESCOLHA PROCESSUAL.



Princípio da Oralidade
AS PROVAS DEVEM SER **PRODUZIDAS ORALMENTE EM AUDIÊNCIA**, EXCETO NOS CASOS EM QUE A LEI AUTORIZA A PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA.



Princípio da Liberdade Probatória.



AS PARTES SÃO LIVRES PARA **PRODUZIR AS PROVAS QUE JULGAREM NECESSÁRIAS** PARA A DEFESA DE SEUS INTERESSES, DESDE QUE OBSERVADAS AS REGRAS PROCESSUAIS E OS LIMITES LEGAIS.





Princípio da Favor Rei
EM CASO DE DÚVIDA NA INTERPRETAÇÃO DA PROVA, ESTA **DEVE SER INTERPRETADA DE FORMA MAIS FAVORÁVEL AO RÉU**.

clique aqui para conhecer o material completo

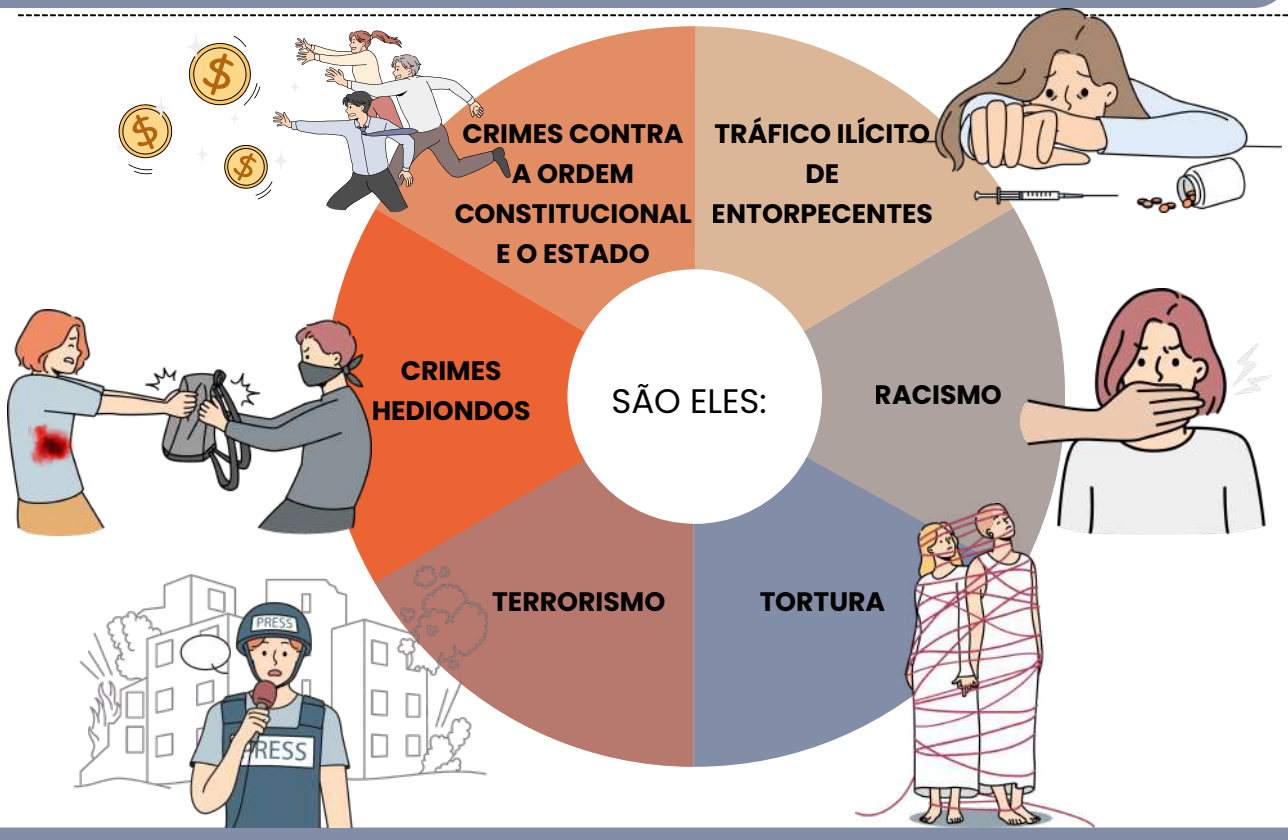
DICA

MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS V



VEDAÇÕES LEGAIS PARA CONCESSÃO DE FIANÇA EM CASOS ESPECÍFICOS

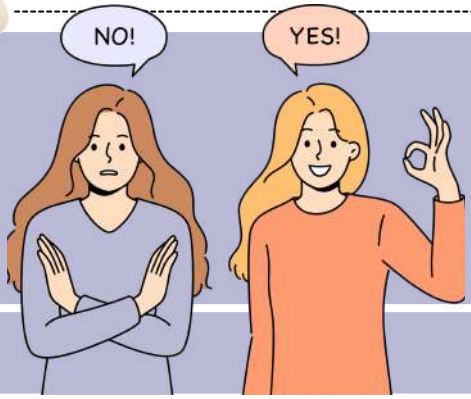
- Existem circunstâncias em que **o magistrado não poderá conceder fiança aos agentes que cometeram certos delitos.**
- Apesar de esses crimes serem inafiançáveis, **a Corte entende que o relaxamento da prisão pode ser concedido em casos de excesso de prazo**, como estabelecido na **Súmula 697 do STF.**
- Além das vedações legais, **o juiz não poderá conceder a fiança em situações específicas**, conforme o artigo 324 do CPP.



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEI DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA – LEI Nº 9.296/96



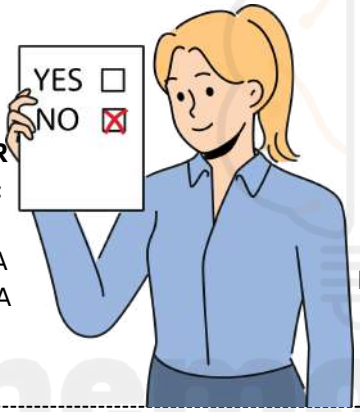
CAPTAÇÃO AMBIENTAL

quando pode ser autorizada?

Art. 8ºA – Este artigo trata de captação ambiental, ou seja, a **captura de sons**, **imagens** ou **sinais em determinados ambientes**, quando **não é possível** utilizar **outros meios de prova**.

A **captação ambiental** só será **autorizada** nas seguintes condições:

PROVA IMPOSSÍVEL POR OUTROS MEIOS: NÃO HÁ OUTRO JEITO DE OBTER A PROVA DE FORMA EFICAZ.





INDÍCIOS RAZOÁVEIS DE AUTORIA E PARTICIPAÇÃO EM CRIME: DEVE HAVER EVIDÊNCIAS DE QUE ALGUÉM COMETEU UM CRIME. A INFRAÇÃO DEVE TER PENA SUPERIOR A 4 ANOS, OU SER PARTE DE UM CRIME RELACIONADO (CONEXO).

- **Requerimento detalhado:** O pedido de captação ambiental deve **explicar onde** e **como** será **instalado o dispositivo**.
- **Disfarce ou período noturno:** A captação pode ser feita com a **polícia disfarçada** ou **durante a noite** (exceto na casa de alguém, que tem uma proteção maior de acordo com a Constituição).
- Gravação feita por um dos **interlocutores** (ou seja, se uma das pessoas no ambiente grava sem saber da polícia), ainda **pode ser usad**a, desde que **não haja alteração na gravação**.

SE UMA GRAVAÇÃO **NÃO FOR RELEVANTE PARA A PROVA**, ELA SERÁ **DESTRUÍDA**, MAS APENAS COM A DECISÃO DO JUIZ.

Interceptar uma conversa sem a autorização judicial é **crime**.

- Isso vale para **qualquer interceptação de comunicação** (telefone, computador, etc.) **feita sem autorização judicial** ou **fora das condições permitidas por lei**.

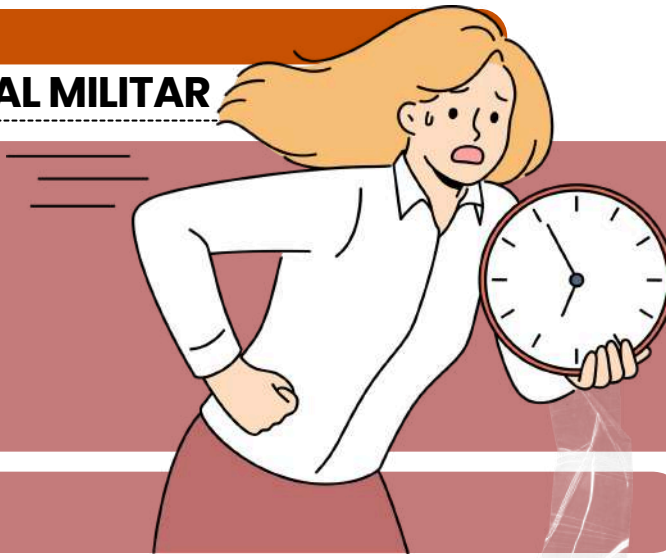
SE UM **FUNCIONÁRIO PÚBLICO** VIOLAR O **SIGILO** DE UMA **INVESTIGAÇÃO** QUE ENVOLVA **CAPTAÇÃO AMBIENTAL**, ELE PODE TER A **PENA DOBRADA.**

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR

LEI PENAL NO TEMPO I



O estudo da aplicação da lei penal no tempo envolve princípios fundamentais que garantem a segurança jurídica e a justiça na interpretação das normas penais.

1️⃣ PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE

- **Conceito:** Nenhum fato pode ser considerado **crime** sem que haja **previsão legal anterior** à sua **prática**.
- **Fundamento Constitucional:** Art. 5º, XXXIX da CF: "Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal."
- **Aplicação:** A lei penal **não pode criar crimes** ou **penas** de forma **retroativa**, **exceto** para **beneficiar o réu**.

2️⃣ TEORIA DO TEMPO DO CRIME

- **Regra:** Adota-se a **teoria da atividade**, conforme o art. 4º do Código Penal e o art. 5º do Código Penal Militar (CPM).
- O crime é considerado praticado no **momento da conduta do agente** (ação ou omissão), independentemente do resultado.
- **Exemplo:** Um homicídio iniciado em 2023, com morte em 2024, será regido pela lei vigente em 2023.



3️⃣ RETROATIVIDADE DA LEI PENAL MAIS BENÉFICA

- **Princípio Constitucional:** Art. 5º, XL da CF: "A lei penal **não retroagirá**, **salvo** para **beneficiar o réu**."
- **Regra:** A lei penal vigente no momento do fato é aplicada, mas se uma nova lei mais **favorável** ao réu surgir, ela **retroagirá** para alcançar fatos passados, mesmo que já tenham transitado em julgado.
- **Exemplo:** Se uma nova lei reduz a pena de um crime, essa nova pena poderá ser aplicada a condenados por esse crime.

clique aqui para conhecer o material completo

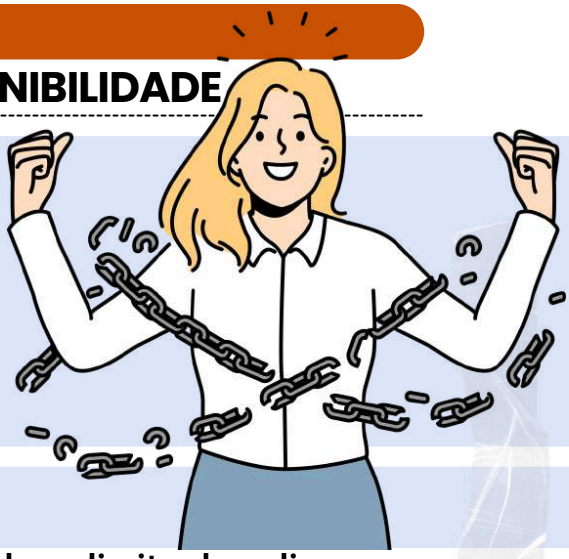
memoriza.aí

DICA

AÇÃO PENAL E EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE



EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE



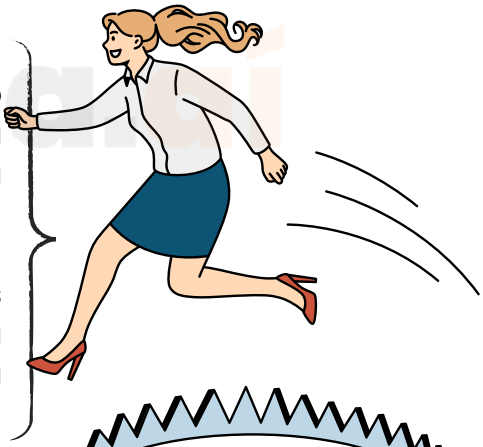
A extinção da punibilidade ocorre quando o **Estado perde o direito de aplicar uma sanção penal** ao militar que cometeu um crime militar. Basicamente, é como se o "jogo acabasse" para a punição naquele caso.

Isso pode acontecer em várias situações, conforme o Código Penal Militar e a legislação vigente. Vamos entender melhor!



1️⃣ **Morte do Agente ☠️:** Fim de linha. Não há como punir quem já não está entre nós.
2️⃣ **Anistia, Graça ou Indulto** 🕊️: São "perdões" concedidos pelo Estado, apagando a condenação.
3️⃣ **Retroatividade de Lei ⏳:** Quando uma nova lei torna aquele fato não mais considerado crime.
4️⃣ **Prescrição** ⏱️**:** Passou o prazo para o Estado punir. É como se o relógio tivesse vencido.
5️⃣ **Ressarcimento do Dano (apenas em peculato culposo)** 💸**:** Se o agente repara o dano causado, a punibilidade pode ser extinta.
6️⃣ **Perdão Judicial** ⚖️ **:** Concedido pelo juiz em situações específicas, eliminando a pena.

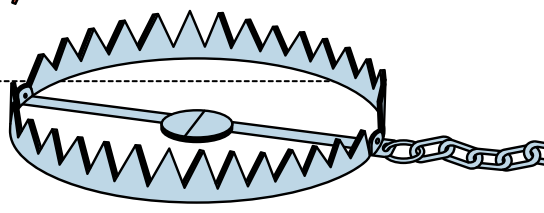
EFEITOS DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE



💡 **Pretensão Punitiva:** Quando as causas de extinção atingem essa fase, todos os **efeitos penais** de uma eventual sentença condenatória **desaparecem**. Ou seja, é como se o crime nunca tivesse sido punido.

💡 **Pretensão Executória:** Se as causas afetam apenas essa fase (**exceto** em casos de abolitio criminis ou anistia), só o **efeito principal da condenação** — a pena — é **apagado**. Os outros efeitos podem permanecer.

Tome Nota! 📝
Cuidado com as pegadinhas das provas!



Algumas causas apagam todos os **efeitos penais**, enquanto outras afetam apenas a **pena principal**. Sempre leia com cuidado! 🚫

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

LEI Nº 11.343/2006 (LEI DE DROGAS)



LEI DE DROGAS – TRÁFICO

➡️ Tráfico não é apenas vender drogas. O art. 33 apresenta diversas condutas que podem caracterizar o **crime**, mesmo **sem lucro ou pagamento.**

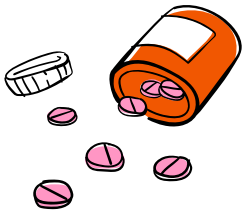


PRINCIPAIS CONDUTAS

➡️ **Importar**: trazer droga para o Brasil.
➡️ **Exportar**: enviar para outro país.
➡️ **Remeter**: enviar de um local para outro.
➡️ **Preparar**: deixar a droga pronta para utilização.
➡️ **Produzir/Fabricar:** criar ou produzir a droga.
➡️ **Adquirir**: obter droga destinada ao tráfico.
➡️ **Vender/Expor à venda:** comercializar ou disponibilizar para venda.
➡️ **Ter em depósito/Guardar**: manter a droga armazenada.
➡️ **Transportar:** deslocar por algum meio de transporte.
➡️ **Trazer consigo:** portar pessoalmente a droga.
➡️ **Prescrever:** receitar a droga.
➡️ **Ministrar:** aplicar ou administrar a droga.
➡️ **Entregar/Fornecer:** disponibilizar a droga a terceiro.

Atenção

⚠️ **MESMO GRATUITAMENTE PODE CONFIGURAR TRÁFICO.**



CRIME DE AÇÃO MÚLTIPLA

O art. 33 possui vários verbos.

✅ Praticar mais de uma conduta com a mesma droga e no mesmo contexto, em regra, configura crime único.

Ex.: adquirir → guardar → vender = um crime de tráfico.



CRIME PERMANENTE

Algumas condutas prolongam a consumação no tempo:

✅ **Guardar.**
✅ **Ter em depósito.**
✅ **Trazer consigo.**

➡️ Enquanto permanecer a situação ilícita, permanece a consumação.



MODALIDADES EQUIPARADAS

Incorre nas mesmas penas quem, nas hipóteses previstas no art. 33, § 1º:

✅ atua com **matéria-prima, insumo ou produto químico** destinado à preparação de drogas;
✅ **semeia**, **cultiva** ou **colhe** plantas destinadas à preparação de drogas;
✅ **utiliza** ou **permite** a **utilização de local** ou **bem** para o tráfico.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE – LEI Nº 13.869/2019



SUJEITOS DO CRIME

quem pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade?

Qualquer **agente público**, abrangendo uma ampla gama de pessoas que exerçam **atividades vinculadas ao poder público**, como:

1. Servidores **públicos** e **militares**, ou pessoas equiparadas a eles.
2. Membros dos Poderes **Legislativo**, **Executivo** e **Judiciário**.
3. Membros do **Ministério Público**.
4. Membros de **tribunais** ou **conselhos** de **contas**.

Crimes de mão própria: Isso significa que **apenas pessoas que possuem vínculo com o poder público** (agentes estatais) podem **praticar o crime de abuso de autoridade**, excluindo particulares que não têm qualquer relação com a administração pública.



A lei adota uma **definição ampla de agente público**, que inclui aqueles que exercem **função pública** ainda que **temporariamente**, **sem remuneração** ou **em caráter excepcional**, por meio de eleição, nomeação, contratação, ou qualquer forma de investidura.

CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE PRATICADOS POR **MILITARES** SERÃO JULGADOS PELA **JUSTIÇA MILITAR**, QUE É COMPETENTE PARA QUESTÕES ENVOLVENDO ESSES AGENTES.



clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí



DICA

CRIMES DO ECA E COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES



CRIMES DO ECA

Competências e Responsabilidades 🏛️

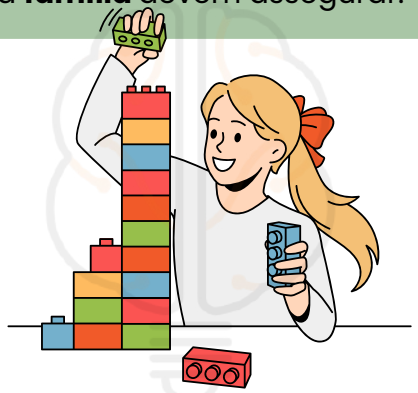
O ECA define que a **proteção dos direitos das crianças** e **adolescentes** é um **dever coletivo**, ou seja, envolve **família**, **sociedade** e **Estado**. A família tem um papel primário, mas as responsabilidades são compartilhadas.

O ART. 4º DO ECA DIZ:

- A **prioridade absoluta** dos **direitos da criança** e do **adolescente** deve ser garantida.
- O **Estado**, a **sociedade** e a **família** devem assegurar:



O DIREITO À **SAÚDE**, À **EDUCAÇÃO**, AO **LAZER**, À **CULTURA** E À **CONVIVÊNCIA FAMILIAR**.



GARANTIR A **SOBREVIVÊNCIA** E O **DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL** DE CADA CRIANÇA E ADOLESCENTE.



A **PROTEÇÃO** CONTRA TODA **FORMA DE VIOLÊNCIA** E **EXPLORAÇÃO**.

Atuação do Ministério Público, Defensoria Pública e Judiciário na Garantia de Direitos ⚖️👩‍⚖️

- Esses órgãos têm papel fundamental na proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes.



- **Ministério Público (art. 129, CF):** Atuam em defesa dos direitos da criança, podendo intervir judicialmente e denunciar qualquer violação de direitos.
- **Defensoria Pública (art. 134, CF):** Garantem o direito de defesa de crianças e adolescentes em situações de ameaça aos seus direitos.
- **Judiciário:** O Judiciário é responsável por decidir sobre casos que envolvem abusos, violência e violações dos direitos da criança, aplicando as medidas protetivas.



clique aqui para conhecer o material completo

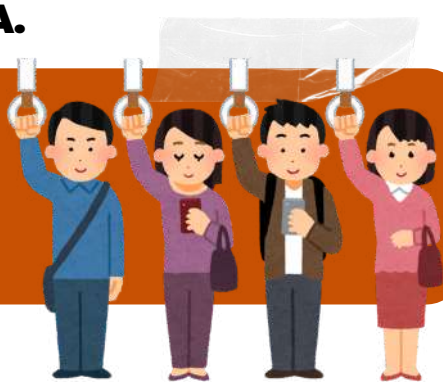
memoriza.aí

DICA

PRIORIDADE NO TRÂNSITO — PEDESTRES E VEÍCULOS NÃO MOTORIZADOS TÊM PREFERÊNCIA.



PRIORIDADES: O QUE PRECISO SABER?



DEFINIÇÃO

No trânsito brasileiro, a prioridade é a:
✅ **Proteção da vida, da segurança e da integridade física das pessoas.**
📌 Por isso, os:

- pedestres
- ciclistas
- veículos não motorizados

recebem proteção especial nas normas do Código de Trânsito Brasileiro.

🎯 CONCEITO CENTRAL

⚖️ REGRA DA PRIORIDADE

🚶 Pedestres possuem prioridade em diversas situações
🚴 Veículos não motorizados devem ser respeitados
🚗 Veículos maiores devem zelar pela segurança dos menores
📌 A lógica do trânsito é:

quem oferece maior risco possui maior responsabilidade.

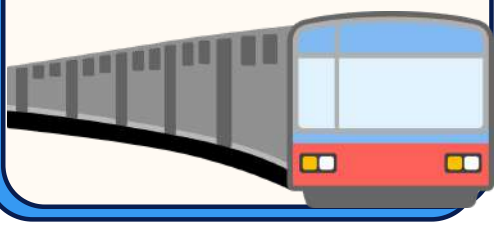
🚸 EXEMPLOS IMPORTANTES

✔️ Pedestre na faixa tem prioridade
✔️ **Ciclistas devem receber distância lateral segura**
✔️ Veículos motorizados devem reduzir velocidade perto de pedestres
✔️ **Conversões exigem atenção especial aos pedestres**

⚠️ ATENÇÃO!

🚨 O trânsito seguro é direito de todos.

📌 Mesmo quando o pedestre estiver atravessando de forma irregular, o condutor deve agir para evitar acidentes.



🔍 PONTO IMPORTANTE

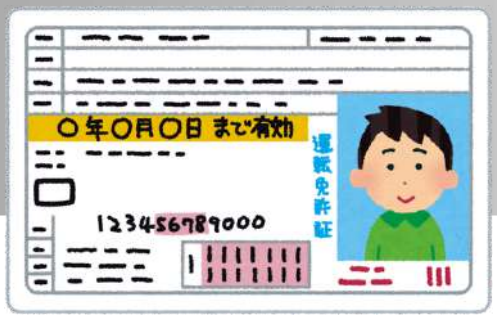
⭐ No trânsito, o mais vulnerável vem primeiro.
👉 Ordem de proteção:
🚶 Pedestres → 🚴 ciclistas → 🛵 motos → 🚗 veículos maiores.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

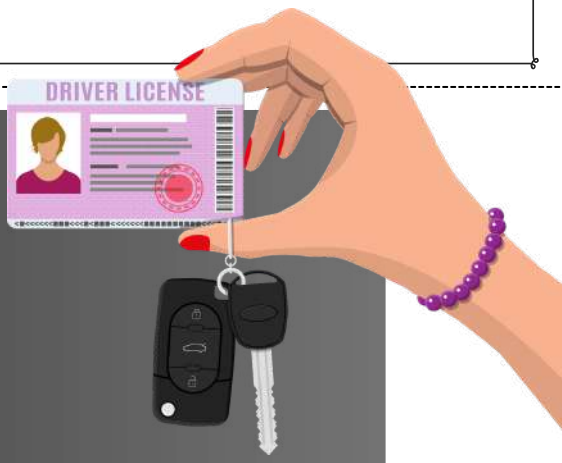
CATEGORIAS DA CNH — VARIAM CONFORME O TIPO DE VEÍCULO.



O QUE PRECISO SABER?

CONCEITO

✅ Categorias da CNH variam conforme o tipo e a finalidade do veículo conduzido.
📌 Cada categoria **autoriza a condução de determinados veículos**, conforme o Código de Trânsito Brasileiro.



🎯 FINALIDADE

As categorias existem para:

- garantir segurança no trânsito
- exigir capacitação adequada
- limitar a condução conforme o porte do veículo
- assegurar preparo técnico do motorista

🚗 Quanto maior ou mais complexo o veículo, maior a exigência da categoria.

🪪 PRINCIPAIS CATEGORIAS

🏍️ **CATEGORIA A**

- ✔️ Motocicletas
- ✔️ Motonetas
- ✔️ Ciclomotores

🚙 **CATEGORIA B**

- ✔️ Automóveis
- ✔️ Veículos com até 8 passageiros
- ✔️ Peso permitido dentro do limite legal

🚛 **CATEGORIA C**

- ✔️ Veículos de carga
- ✔️ Caminhões

🚌 **CATEGORIA D**

- ✔️ Transporte de passageiros
- ✔️ Ônibus, micro-ônibus e vans

🚚 **CATEGORIA E**

- ✔️ Veículos com unidade acoplada
- ✔️ Carretas e veículos articulados



⚠️ ATENÇÃO!

🚨 Dirigir veículo incompatível com a categoria da CNH gera infração.

📌 Algumas categorias exigem:

- tempo mínimo de habilitação
- idade mínima
- exames específicos

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

PRINCÍPIOS BÁSICOS DAS INSTITUIÇÕES MILITARES



O QUE PRECISAMOS SABER?

O art. 3º da Lei nº 14.751/2023 estabelece os princípios básicos que devem orientar as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares no exercício de suas atribuições constitucionais e legais. Esses princípios funcionam como diretrizes para a atuação institucional e não formam uma lista fechada, pois a própria lei admite a observância de outros princípios previstos na legislação e em regulamentos.

OS 12 PRINCÍPIOS DA LEI

- Hierarquia
- Disciplina
- Proteção, promoção e respeito aos direitos humanos
- Legalidade
- Impessoalidade
- Publicidade, com transparência e prestação de contas
- Moralidade
- Eficiência
- Efetividade
- Razoabilidade e proporcionalidade
- Universalidade na prestação do serviço
- Participação e interação comunitária

DIREITOS HUMANOS

A Lei nº 14.751/2023 adota uma formulação ampla ao tratar dos direitos humanos, abrangendo sua **proteção, promoção e respeito, além dos direitos decorrentes de compromissos internacionais** assumidos pelo Brasil.



EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 104/2019

EFICIÊNCIA refere-se à **atuação adequada e racional**, com o melhor aproveitamento possível dos meios e recursos disponíveis.

EFETIVIDADE corresponde à **capacidade de produzir concretamente os resultados pretendidos** com a atuação institucional.



RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE

A atuação institucional deve observar conjuntamente os princípios da **razoabilidade e da proporcionalidade, garantindo que as medidas adotadas sejam adequadas**, necessárias e compatíveis com a finalidade pretendida.



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

HIERARQUIA, POSTOS E GRADUAÇÕES



O QUE PRECISAMOS SABER?

A Lei nº 14.751/2023 estabelece uma estrutura hierárquica básica nacional para as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares, vinculada ao regime jurídico militar e aos fundamentos de organização das Forças Armadas. Essa estrutura organiza os integrantes em oficiais, praças especiais e praças, observando a ordem própria dos postos e graduações. Base legal: art. 12 da Lei nº 14.751/2023.

OFICIAIS, PRAÇAS ESPECIAIS E PRAÇAS

Os **OFICIAIS** são organizados em três grupos hierárquicos. Os **oficiais superiores** compreendem coronel, tenente-coronel e major; o **oficial intermediário** corresponde ao capitão; e os **oficiais subalternos** abrangem primeiro-tenente e segundo-tenente. Essa classificação deve ser observada conforme a ordem hierárquica prevista na lei.

São classificados como **PRAÇAS ESPECIAIS** o aspirante a oficial, o cadete e o aluno-oficial. O aspirante a oficial ainda não integra o grupo dos oficiais subalternos, devendo ser distinguido do segundo-tenente, que já pertence ao quadro de oficiais. A classificação decorre expressamente da estrutura prevista na Lei nº 14.751/2023.

As **PRAÇAS** seguem uma sequência hierárquica própria, formada por subtenente, primeiro-sargento, segundo-sargento, terceiro-sargento, aluno-sargento, cabo, soldado e aluno-soldado. A ordem deve ser observada conforme a posição hierárquica de cada graduação. Base legal: art. 12, III, da Lei nº 14.751/2023.

ATENÇÃO À ORDEM HIERÁRQUICA



clique aqui para conhecer o material completo

DICA

ACENTUAÇÃO DE PALAVRAS OXÍTONAS



As palavras oxítonas são aquelas que a têm a **última sílaba tônica**, isto é, é a sílaba mais forte da palavra. Essas palavras podem ou não ser acentuadas.

- Recebem o acento gráfico as palavras oxítonas que **terminam** em: **a/as, e/es, o/os e em/ens**.

- As palavras com terminação **r, l, z, x, i, u, im, um e om** são naturalmente palavras oxítonas, **não** sendo necessário o acento agudo.

ACENTUAÇÃO GRÁFICA

As palavras oxítonas **recebem a acentuação gráfica** quando **terminam** em:

- **Vogais tônicas - á, -ás,- é, -és, -ó, -ós:**

ex. sofá; crachás; filé;

- **Ditongo nasal -ém ou -éns:**

ex. ninguém; mantém; porém;

- **Ditongos abertos -ói, -éu, -éi:**

ex. chapéu; papéis; heróis;

Acentuação de **formas verbais das oxítonas** com pronomes **enclíticos:**

Terminadas em -a:	**Terminadas em -e:**	**Terminadas em -o:**
• conservá-lo;	• vendê-lo;	• pô-lo;
• prepará-lo;	• dizê-lo;	• repô-lo;
• acariciá-lo.	• fazê-lo.	• dispô-lo.

Palavras **oxítonas terminadas em "i"** só têm o acento caso a vogal "i" faça parte de um **hiato**. Essa regra **não** é válida se o "i" estiver acompanhado de uma consoante na sílaba.

- **Formas verbais terminadas em i com hiato:** possuí-lo; substituí-lo; atraí-lo.

- **Formas verbais terminadas em i**: dividi-lo; garanti-lo; abri-lo.

LEMBRE-SE!

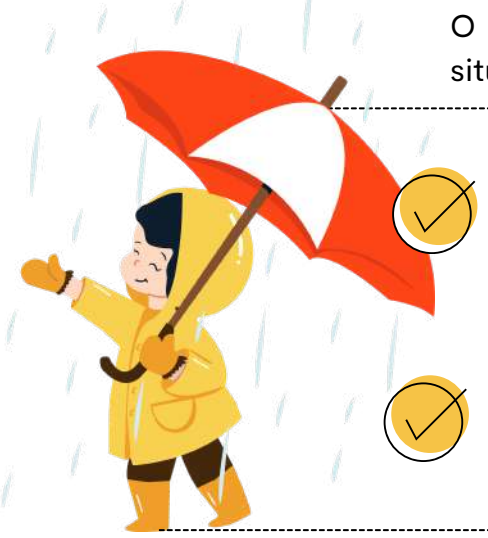


As palavras oxítonas **são naturalmente acentuadas na última sílaba**, a menos que as regras de acentuação indiquem o contrário.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

PLURAL DOS SUBSTANTIVOS COMPOSTOS



O plural dos substantivos compostos é feito mediante duas situações. Uma delas se refere à forma como ele é escrito.

Se o substantivo composto for **escrito sem hífen**, o **plural** é feito tal como os **substantivos simples**, muitas vezes acrescentando o **"s" no final.**

- **Exemplos:** claraboia(s), ferrovia(s), passatempo(s).

A outra situação que deve ser observada é como o **substantivo que escrito com hífen é formado** (por **verbo + substantivo**, por palavras unidas por **preposição**, por **palavras repetidas**, entre outros).

Nesses casos, algumas **regras** devem ser **observadas**.

REGRAS DOS SUBSTANTIVOS COMPOSTOS COM HÍFEN



SUBSTANTIVO + SUBSTANTIVO QUE ESPECIFICA O PRIMEIRO

Apenas o **primeiro elemento** passa para o **plural** ou os **dois elementos passam para o plural.** Exemplos:

- caneta-tinteiro (canetas-tinteiro ou canetas-tinteiros)
- salário-família (salários-família ou salários-famílias)
- banana-prata (bananas-prata ou bananas-pratas)



PALAVRAS UNIDAS POR PREPOSIÇÃO

Apenas o **primeiro elemento passa para o plural**. Exemplos:

- estrela-do-mar (estrelas-do-mar)
- mula-sem-cabeça (mulas-sem-cabeça)
- peroba-do-campo (perobas-do-campo)



VERBO OU ADVÉRBIO + SUBSTANTIVO OU ADJETIVO

Apenas o **segundo elemento passa para o plural**. Exemplos:

- abaixo-assinado (abaixo-assinados)
- beija-flor (beija-flores)
- sempre-viva (sempre-vivas)



PALAVRAS REPETIDAS OU ONOMATOPEIAS

Apenas o **segundo elemento passa para o plural.** Exemplos:

- pingue-pongue (pingue-pongues)
- teco-teco (teco-tecos)
- tique-taque (tique-taques)



PALAVRA VARIÁVEL + PALAVRA VARIÁVEL

Os **dois elementos passam para o plural.** Lembrando que são **palavras variáveis substantivos, verbos, adjetivos, pronomes, artigos e numerais**. Exemplos:

- cota-parte (cotas-partes)
- mão-boba (mãos-bobas)
- segunda-feira (segundas-feiras)

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

COLOCAÇÃO PRONOMINAL IV



MESÓCLISE

A **mesóclise** acontece quando o **pronome oblíquo aparece no meio do verbo**, **entrecortando** a **palavra**. O **pronome liga-se ao verbo por meio do hífen**. A mesóclise pode ocorrer se **duas condições acontecerem:**

✓ **Não** houver **justificativa para uso de próclise** (ou seja, não há nenhuma palavra atrativa antes do verbo); e

✓ O **verbo estiver conjugado no tempo futuro do modo indicativo** (seja futuro do presente, seja futuro do pretérito).

Observe:

Informar-lhe-***ei*** *assim que possível.*

Nesse caso, a forma verbal "**informarei**" está cortada ao meio pelo pronome "**lhe**", sendo um **exemplo de mesóclise**. Isso ocorreu pois **não há nenhuma palavra atrativa antes do verbo e porque a conjugação está no tempo futuro do presente do modo indicativo.**

→ **EXEMPLOS DE MESÓCLISE**

- **Consultar**-lhe-**ei** sobre esse assunto amanhã.
- **Dir**-lhe-**iam** as novidades se fosse possível.
- **Revelar**-nos-**ia** os segredos se pudesse.

A mesóclise praticamente **não existe** na linguagem oral e na linguagem escrita informal.

PORTANTO, SE HOUVER FATORES QUE EXIGEM **TANTO A PRÓCLISE QUANTO A MESÓCLISE NA MESMA FRASE**, A **PRÓCLISE PREVALECERÁ.**

→ **Mesóclise em locuções verbais**

O pronome tende a aparecer entrecortando o primeiro verbo (verbo auxiliar).

Verbo auxiliar + **pronome oblíquo** + verbo auxiliar + verbo principal

Ter-***nos***-*iam informado sobre o resultado muito tempo antes, mas não foi possível.*

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí



DICA

NAVEGADORES

PRINCIPAIS NAVEGADORES

Um navegador web (ou web browser) é um software que permite **acessar**, **visualizar** e **interagir** com **informações da internet.**

Ele funciona como uma **ponte entre o usuário e a web,** interpretando os **códigos** (HTML, CSS, JavaScript) e transformando-os em **páginas visuais e interativas.**



⚙️ FUNÇÃO PRINCIPAL

- Interpretar códigos de páginas (HTML, CSS, JS).
- Exibir sites, imagens, vídeos e outros conteúdos.
- Permitir navegação entre páginas por meio de links (hiperlinks).
- Oferecer recursos como favoritos, histórico, abas e segurança.

🌍O navegador atua como interface gráfica da internet — sem ele, o usuário não conseguiria acessar a Web.

COMO FUNCIONA A NAVEGAÇÃO

1️⃣ O usuário digita um endereço (URL).
2️⃣ O navegador envia uma requisição ao servidor do site.
3️⃣ O servidor responde com os arquivos da página (HTML, CSS, JS).
4️⃣ O navegador renderiza esses códigos → exibe o conteúdo visual.

Assim, tudo o que vemos — texto, imagem ou vídeo — é resultado dessa tradução automática feita pelo navegador.

memoriza.aí



🌈 **Google Chrome**
Rápido, seguro e com sincronização via conta Google.



🦊 **Mozilla Firefox**
Código aberto e foco em privacidade.



🧭 **Microsoft Edge**
Baseado no Chromium, integrado ao Windows.



🍎 **Safari**
Otimizado para dispositivos iOS e macOS



⚙️ **Opera**
Leve, com VPN gratuita e modo economia de dados.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

CORREIO ELETRÔNICO III



PROTOCOLOS DE E-MAIL I

DIVERSOS PROTOCOLOS DE E-MAIL SÃO UTILIZADOS PARA ENVIAR, RECEBER E GERENCIAR MENSAGENS ELETRÔNICAS.

vamos conhecer os mais cobrados nas provas?

SMTP (Simple Mail Transfer Protocol)

É o protocolo fundamental para o envio de e-mails.

- Uso: Usado para enviar e-mails de um cliente de e-mail ou servidor para um servidor de e-mail de destino.
- Função: Responsável por encaminhar mensagens para o servidor de destino.

POP3 (Post Office Protocol version 3)

É adequado para configurações onde você deseja baixar e armazenar e-mails localmente.

- Uso: Protocolo de recebimento de e-mail que permite que os usuários baixem mensagens do servidor de e-mail para seus clientes de e-mail.
- Função: As mensagens são geralmente baixadas e armazenadas localmente, e podem ser removidas do servidor, a menos que configurado de outra forma.

IMAP (Internet Message Access Protocol)

É ideal para cenários em que você deseja acessar seus e-mails de diferentes dispositivos sem perder a sincronização.

- Uso: Também é um protocolo de recebimento de e-mail, mas com uma abordagem diferente do POP3.
- Função: As mensagens permanecem no servidor e são sincronizadas com o cliente de e-mail, permitindo que os usuários gerenciem suas mensagens de várias plataformas.

faça anotações aqui

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

AMEAÇAS, VULNERABILIDADES E RISCOS

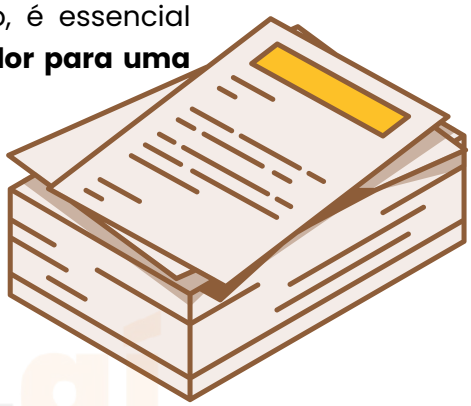


O QUE PRECISAMOS SABER?

Em Segurança da Informação, ameaça, vulnerabilidade e risco representam conceitos distintos, embora estejam diretamente relacionados. A ameaça corresponde a algo capaz de causar dano, enquanto a vulnerabilidade é uma fragilidade que pode ser explorada. Quando uma ameaça encontra uma vulnerabilidade, surge a possibilidade de impacto negativo, caracterizando o risco.

ATIVO

Antes de compreender os riscos em Segurança da Informação, é essencial identificar os ativos, ou seja, todos os **recursos que possuem valor para uma organização** e precisam ser protegidos, como:



- ☑ dados;
- ☑ documentos;
- ☑ sistemas;
- ☑ equipamentos;
- ☑ serviços;
- ☑ informações institucionais.

AMEAÇA

Ameaça é **qualquer evento, agente ou circunstância com potencial para causar danos** a um ativo, sistema ou informação, comprometendo sua segurança.



Sua origem pode ser **humana**, decorrente de ações ou erros; **tecnológica**, relacionada a falhas de sistemas ou equipamentos; ou **natural e ambiental**, como incêndios, inundações e quedas de energia.

VULNERABILIDADE E RISCO

VULNERABILIDADE é uma **fraqueza ou falha existente** em softwares, equipamentos, configurações, processos ou comportamentos humanos que pode ser explorada por uma ameaça e comprometer a segurança.



RISCO é a **possibilidade de uma ameaça explorar uma vulnerabilidade e gerar consequências negativas**, sendo geralmente relacionado à combinação entre a probabilidade de ocorrência e o impacto causado.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

LIBREOFFICE WRITER — DOCUMENTOS DE TEXTO



O QUE PRECISAMOS SABER?

O LibreOffice Writer é o processador de textos da suíte LibreOffice, utilizado para criar, editar, formatar e organizar documentos. Em concursos, destacam-se especialmente o formato ODT, o uso de estilos, a formatação de páginas, cabeçalhos, rodapés e numeração, além da compatibilidade com diferentes formatos de arquivo.

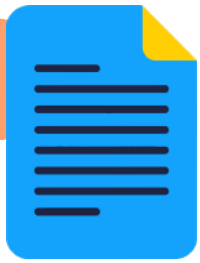
FORMATO PADRÃO DO WRITER



O LibreOffice utiliza por padrão os formatos OpenDocument, que variam conforme o aplicativo da suíte. No Writer, o **documento de texto é salvo normalmente com a extensão** .odt:

- ☑ WRITER → ODT
- ☑ CALC → ODS
- ☑ IMPRESS → ODP

DOCUMENTO DE TEXTO



No Writer, o documento de texto pode **reunir diferentes tipos de conteúdo, como textos, parágrafos, listas, tabelas, imagens e campos**, permitindo ampla organização das informações.

Também é possível estruturar o documento com **páginas, cabeçalhos e rodapés, facilitando a padronização visual e a distribuição dos elementos** ao longo do arquivo.

ESTILOS



ESTILO DE CARACTERE aplica formatação diretamente a caracteres, palavras ou trechos específicos do texto.

ESTILO DE PARÁGRAFO define a formatação de parágrafos, incluindo alinhamento, espaçamento, recuos e outros atributos.

ESTILO DE PÁGINA controla características da página, como margens, orientação, cabeçalhos, rodapés e plano de fundo.

ESTILO DE LISTA padroniza a apresentação de listas numeradas ou com marcadores dentro do documento.

ESTILO DE TABELA aplica formatação padronizada às tabelas, facilitando a organização e a aparência dos dados.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS IV

REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS III



O Artigo 13 da LGPD aborda a **realização de estudos em saúde pública** e o **acesso** a **bases de dados pessoais** por órgãos de pesquisa para essa finalidade.

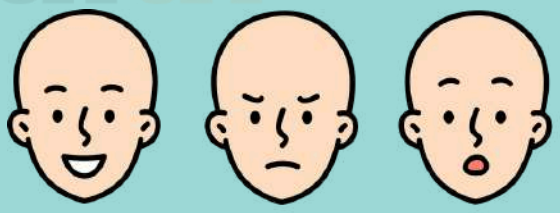
Vamos **entender** cada parte:

Os órgãos de pesquisa **podem ter acesso a bases de dados pessoais para realizar estudos e pesquisas em saúde pública**.

- Esses dados devem ser tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos. Além disso, devem ser mantidos em um ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico.

Sempre que possível, os dados devem ser **anonimizados** ou **pseudonimizados** para **proteger** a **identidade** dos **indivíduos**.

- A **anonimização** é o processo pelo qual os dados **perdem qualquer possibilidade de associação direta ou indireta a um indivíduo**.
- A **pseudonimização**, por sua vez, é o tratamento pelo qual um dado **perde a possibilidade de associação direta ou indireta a um indivíduo**, **exceto** pelo uso de **informação adicional mantida separadamente** pelo controlador em um ambiente controlado e seguro.





- A **divulgação dos resultados** ou de qualquer parte do estudo ou pesquisa **não pode revelar dados pessoais em nenhuma circunstância**, garantindo a privacidade dos indivíduos.
- O **órgão de pesquisa** é o **responsável pela segurança da informação**, **não sendo permitida, em nenhuma circunstância**, a **transferência** dos **dados** a **terceiros**.
- O **acesso aos dados** para realização de estudos em saúde pública será **objeto de regulamentação** por parte da **agência nacional** e das **agência s da área de saúde** e **sanitárias**, no âmbito de suas competências.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD)



Preparando-se para a sua prova, é crucial revisar e compreender as principais informações relacionadas a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**, alguns pontos fundamentais devem ser destacados para um estudo eficaz, vamos ver?



CHEGAMOS AO FIM



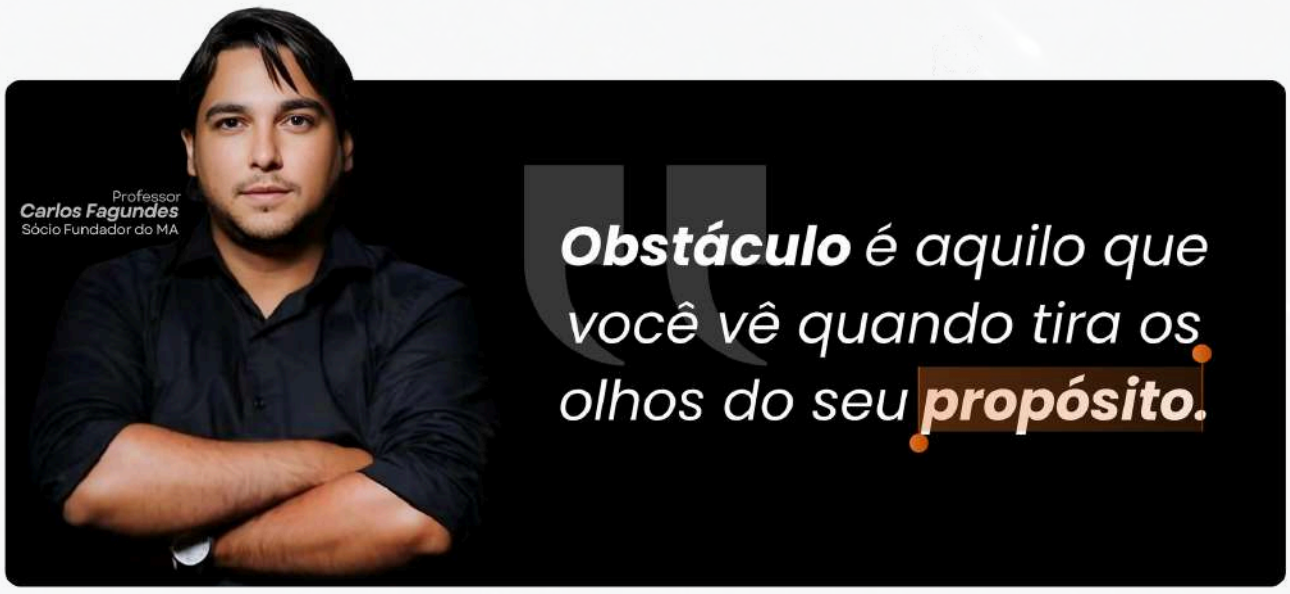
Parabéns, você acaba de conhecer a nossa amostra para o concurso da **PM SC!**
Esperamos que esta breve demonstração tenha despertado seu interesse e mostrado como nosso material pode ajudá-lo a **conquistar sua** tão sonhada **aprovação**.

Se você deseja se **destacar** frente à concorrência, você precisa **estudar** com o **material do Memoriza.aí**

Agora é com você: **quer ser aprovado** e tomar **posse** no concurso ainda em 2026?

Então...

clique aqui para conhecer o material completo



Acesse nosso Instagram